Parte III - Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

Capítulo X - Subdesenvolvimento: Fênix ou extinção

Francisco de Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, F. Subdesenvolvimento: Fênix ou extinção. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. *Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações)*: vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 195-202. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. ISBN: 978-65-86221-08-4. <https://doi.org/10.7476/9786586221695.0012>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo X

Subdesenvolvimento: Fênix ou extinção¹

Francisco de Oliveira²

Uma elaboração original

Apesar de todos os possíveis predecessores que possam ser apontados como inspiradores da teorização cepalina do subdesenvolvimento, de que Celso Furtado é um dos fautores, há poucas dúvidas de que o conceito do subdesenvolvimento como uma formação singular do capitalismo – e não como um elo na cadeia do seqüenciamento que vai do não-desenvolvido ao desenvolvido – é uma criação cuja densidade e cujo poder heurístico explicativo da especificidade da periferia latinoamericana só foram plenamente alcançados com os trabalhos da Cepal e sua mais abrangente e aprofundada elaboração pelo nosso homenageado. Além das influências teóricas localizadas a partir da bibliografia de que se serviu, Furtado reconheceu, explicitamente, no seu conhecido quarteto memorialístico os autores que mais o influenciaram. Haveria que acrescentar, talvez, os nomes de Hans Singer, de Paul Rosenstein-Rodan e de W. Arthur Lewis; os dois primeiros, em seus estudos para a Comissão Econômica das

1 *In Memoriam*. Publicado, originalmente, como capítulo no livro Celso Furtado e Brasil, organizado pela economista Maria da Conceição Tavares e editado pela Editora da Fundação Perseu Abramo (2000). Atualmente o texto integral da obra encontra-se disponível na internet, em várias plataformas públicas, em acesso livre.

2 Francisco Oliveira (1933 – 2019), sociólogo nascido em Pernambuco, pertenceu aos quadros técnicos do Banco do Nordeste (1956-57) e da Sudene (1959-64), onde trabalhou com Celso Furtado. Foi professor da USP e integrante da equipe de pesquisadores do CEBRAP. É considerado um dos grandes sociólogos brasileiros, com vasta obra publicada. Sobre Furtado publicou, dentre outros textos, *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado* (2003) e organizou *Celso Furtado – Economia* (1983), para a Coleção Grandes Cientistas Sociais, da Editora Ática, sob a coordenação de Florestan Fernandes.

Nações Unidas para a Europa – que logo se extinguiu com a reconstrução –, pela primeira vez utilizaram o termo “subdesenvolvido” referindo-se à Espanha, a Portugal e à Grécia, e o terceiro em seu clássico trabalho sobre a formação dual da economia em países com oferta elástica de mão-de-obra. Na aceção de Singer e Rosenstein-Rodan, o subdesenvolvimento seria uma etapa do desenvolvimento, o que a Cepal rejeitará.

A economia clássica não formulou, propriamente, uma teoria do desenvolvimento capitalista, embora suas matrizes possam ser reconhecidas no interior dos clássicos. Marx dispõe de uma teoria do desenvolvimento, mas a influência da obra marxiana no pensamento sobre as origens das desigualdades de ritmo e de aceleração que marca a história do capitalismo não chegou a ser importante, depois da derrota da social-democracia nos anos 30. A hegemonia da III Internacional produziu a conhecida “teoria” das etapas, sustentada por Stalin, com o que a capacidade interpretativa do marxismo sumiu pelo ralo. Trotski, mais insistentemente, e Lenin, de forma menos acentuada, colocaram o acento no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo como sistema, mas a elaboração marxista posterior esqueceu-se dessa originalidade e esteve sempre subordinada, na teoria e na prática do movimento comunista internacional, ao etapismo de Stalin. Lenin mesmo produziu o *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, obra esquecida que, a rigor, pode ser considerada a inauguradora dos estudos concretos em torno de uma formação capitalista periférica, que influiu nas estratégias políticas bolcheviques a partir das especificidades do capitalismo russo. De todo modo, essa obra não inspirou nada muito eficaz, teórica e praticamente, no campo marxista, que seguiu abraçando, para propósitos políticos, o etapismo stalinista.

A economia neoclássica-marginalista, hegemônica desde o final do século XIX, tampouco elaborou qualquer teoria do desenvolvimento, façanha praticamente impossível com o absoluto reinado de teorias do equilíbrio. No máximo, difundiu amplamente a teoria ricardiana do comércio internacional para explicar as diferenças entre países, com o que, na verdade, obscureceu o caráter subordinado das desigualdades para transformá-las em atributos dos próprios países “atrasados”.

Todo o pensamento em torno da questão nacional e regional de países “atrasados” mudou a partir dos trabalhos da Cepal. A concepção ricardiana das vantagens comparativas, que sustentava a tese do desenvolvimento equilibrado, foi contestada com a discussão do que chamei

em “A navegação venturosa” de “desvantagens reiterativas”. A trajetória dos termos de intercâmbio entre países industrializados e produtores de matérias-primas e bens primários demonstrou, à saciedade, a falsidade do teorema ricardiano. A Cepal abriu as portas para uma rica produção teórica, que se pode tomar verdadeiramente como um paradigma, nos termos de Kuhn, ou como um vastíssimo programa de pesquisas, tal como Imre Lakatos propôs. Mais além: a teorização da Cepal, e de Celso Furtado, transformou-se em ideologia no sentido gramsciano, já que passou a orientar a agenda de discussão e as pautas dos programas econômicos dos países da periferia capitalista, particularmente os da América Latina e, mais tardiamente, na África, pelas contribuições adicionadas por Samir Amin e Arghiri Emmanuel. Sua influência estendeu-se, também, até a Ásia dos “tigres”. Assim, a teorização sobre o subdesenvolvimento tornou-se, durante cerca de 30 anos, hegemônica no sentido de ter produzido uma interpretação eficaz, moldando as políticas, o comportamento dos atores, chegando até a área cultural, na busca das formas específicas de uma produção que colocasse em evidência o lugar do subdesenvolvimento para melhor enfrentá-lo. A força semântica do conceito tornou-se formidável: os últimos 30 anos da história brasileira e latinoamericana foram gastos, pelas ditaduras militares e pelos organismos internacionais na tentativa de destruí-lo. Hoje, as mesmas instituições e a mídia em geral referem-se a países e mercados “emergentes”.

Redefinindo o subdesenvolvimento

Essa original construção teórica não estava isenta de problemas. A complexidade do subdesenvolvimento era mais profunda do que sua abordagem inicial percebia. De fato, embora o nexos externo se constituísse mesmo no núcleo da nova formulação, essa percepção era falha no sentido de que custou a ver que o nexos externo era não apenas o núcleo da produção do subdesenvolvimento, mas também o de sua reprodução. Em outras palavras, a dependência, que veio a ser um dos programas de pesquisa – menos que uma teoria – fruto do próprio conceito de subdesenvolvimento, era deliberadamente provocada pelas políticas do núcleo dinâmico do sistema, para além de qualquer teoria conspiratória. Hoje, nas discussões sobre a chamada globalização, esse sentido de uma estratégia fica bastante claro. Mesmo a proposta da dependência não atingia o núcleo do problema; a rigor, ficou-se numa espécie de sociologização

do subdesenvolvimento, sem radicalizá-lo no sentido da dominação de classe, que passava necessariamente pelo plano internacional. Também o debate travado a respeito não foi suficiente para deslindar e recuperar a potência explicativa ao conceito cepalino-furtadiano.

Será com Florestan Fernandes que o próprio subdesenvolvimento será redefinido, no sentido de que essa forma do desenvolvimento desigual do capitalismo presente na sua periferia se produz, sobretudo, por uma modernização conservadora cujo processo é caracteristicamente o da “revolução passiva” gramsciana, ou uma modalidade da “via prussiana” na interpretação marxista clássica. O que quer dizer isso? Em primeiro e mais claro lugar, por ser uma modernização comandada pelas antigas classes dominantes agrárias – e aqui o exemplo do Brasil cabe como uma luva –, com uma industrialização regida pela combinação do PSD (Partido Social Democrata) com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Em segundo e necessário lugar, porque a resolução da “questão social”, vale dizer, da criação e do reconhecimento da nova classe social criada pela própria “modernização conservadora”, se dá sempre na forma de uma tutela repressiva, com o que a dominação dificilmente transita para formas democrático-representativas. Toda a história da América Latina, em alguns casos desde as independências, contam essa tragédia socio-política, apesar do êxito econômico da empreitada modernizadora, de que, outra vez, os casos da Argentina, de forma mais radical, e do Brasil são exemplares. A redefinição do conceito poderia ser resumida na proposição de que o subdesenvolvimento é a forma de modernização econômica sem revolução burguesa.

A crítica de que os casos de “via prussiana” impuseram, sempre, reforma agrária e intenso programa de educação, ausentes na modernização conservadora brasileira – neste seminário, Maria da Conceição Tavares reiterou essa crítica à minha abordagem –, toma o tipo-ideal weberiano como historicamente real e não como aproximações sucessivas, e se esquece de que no caso italiano não houve reforma agrária, permanecendo o Mezzogiorno como calcanhar-de-aquiles da economia, nem programa de educação, permanecendo o analfabetismo como uma chaga que apenas o programa do PCI (Partido Comunista Italiano) tomou a sério resolver. O caso japonês também é eloquente, pois foi tão somente com a ocupação norte-americana do segundo pós-guerra, sob o general MacArthur, que se impôs, a ferro e fogo, a reforma agrária. Outra vez, assim, o conceito recupera força heurística, capaz de abrir novos

caminhos de pesquisa e de ação política. Vale dizer que essa redefinição teórica não teve eficácia política prática, isto é, não foi apropriada pelas classes dominantes no Brasil nem na América Latina, já que a última forma do subdesenvolvimento na exasperação da crise de sua primeira fase desemboca rapidamente em ditaduras militares, com o que sua qualidade hegemônica será fortemente contestada.

O preço pago pelo otimismo cepalino-furtadiano, ao desconhecer a questão operária, obscureceu também a forma autoritária de que necessariamente se revestiria a modernização capitalista; nos termos de Florestan Fernandes, subestimou-se a radical impossibilidade utópico-revolucionária da dominação burguesa na periferia. O impressionante é que o vulcão estava sob seus pés, mas, como ocorre freqüentemente, a teoria, mesmo a mais inovadora, não teve capacidade de percebê-lo, talvez por um excessivo economicismo e por não ter centrado nunca a teorização em torno das formas de Estado que a dominação periférica “requer” para sua realização. Furtado o perceberá, tardiamente, quando nos anos imediatamente anteriores ao golpe militar de 1964 adverte para as virtualidades que a crise dos anos 60 abria para os países. Pôs um dos acentos, a meu ver equivocadamente, no risco de uma revolução “soviética”, por um lado, e, por outro, acertadamente, nas possibilidades de soluções autoritárias pelo lado da direita. Talvez a própria ruptura dos acordos de classe já o impedisse de perceber a qualidade radical do conflito e a forma nova da “revolução passiva” sobredeterminada pelo nexos externo.

Qual é o novo enigma: subdesenvolvimento globalizado?

Embora a adesão acrítica às teses da globalização deva ser posta em xeque, faz-se necessário reconhecer que se tem pela frente uma difícil tarefa de elaboração teórica para dar conta do enigma de uma nova complexidade – Marramao, recuperando a sugestão teórica da “revolução passiva”, buscou entender o capitalismo contemporâneo por meio do conceito de “complexidade do tardo-capitalismo” –, a qual aparece, sobretudo, nos processos de financeirização, em escala mundial, da própria produção capitalista. Estudos críticos já realizados, na linha de Paul Hirst e Graham Thompson, Giovani Arrighi, François Chesnais e, entre nós, Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, Luiz Gonzaga Belluzzo, José Carlos Braga e Paulo Nogueira Batista Junior, apontam certa-mente para a “globalização” – vá lá, usemo-lo por economia – como um

sistema fortemente hierarquizado e fechado, no topo do qual os Estados Unidos determinam o comportamento da economia capitalista mundial, e até mesmo o de sistemas nacionais que renitentemente ainda se reclamam do socialismo, como é o caso da China. Assiste-se à rendição, ainda que parcial, da China, buscando ingressar na OMC (Organização Mundial de Comércio), uma espécie de “beijo da morte”, provavelmente, para a autonomia da economia e da sociedade chinesas.

A primeira e mais marcante característica do subdesenvolvimento ancorava no que, em Caio Prado Júnior, era uma espécie de “contemporaneidade defasada”, que Ignácio Rangel chamou, com seu gosto pelo barroco, de “contemporaneidade do não-coetâneo”. Vale dizer, tanto as colônias como o subdesenvolvimento são produções do núcleo dinâmico do sistema – contemporâneos, pois – quanto se afastam dele pelo estatuto escravo da força de trabalho no começo e, em seguida, pelo antiestatuto de liberdade da força de trabalho (mesmo que fosse aquela à qual se referia Marx), isto é, a defasagem. Agora talvez estejamos numa contemporaneidade coetânea, para permanecermos no barroquismo de Rangel, isto é, talvez pela primeira vez na história “nós que nos amávamos tanto” como subdesenvolvidos estejamos no mesmo andamento do núcleo dinâmico – no sentido de que não há mais mediações nacionais que fizeram a especificidade do subdesenvolvimento. A principal mediação suprimida, aquela que controla o próprio sistema, que é *ele*, é a moeda nacional, vetor da violência privada, nos termos de Aglietta e Orléans, o meio de imposição do monopólio legal da violência, base do Estado moderno. Todos os demais traços são inteiramente subsidiários do centro desse furacão: privatizações, destruição do mercado e das empresas nacionais, desemprego, desregulamentação da economia, imediatividade do progresso técnico – o que não quer dizer dominá-lo nem produzi-lo. A metáfora, por enquanto apenas metáfora, dessa desterritorialização localizada – que corresponde ao simulacro do Estado nacional – é que se trata de províncias do império, em que o nexo externo não é mais filtrado ou mediado por nenhuma força interna, em que não há mais, sequer, subordinação: há apenas ordenação. Creio que o conceito de subdesenvolvimento, para recuperar capacidade explicativa a serviço, evidentemente, das classes sociais nacionais que ainda aspirem à autonomia, deveria reter as características da nova complexidade, para lograr inspirar não apenas teóricos mas um amplo conjunto de forças políticas que assumam a tarefa da transformação. O trabalho teórico-prático de

Furtado continuará a ser um dos nossos pontos de partida.

Referências

AGLIETTA, Michel e ORLÉANS, André. *La Violence de la Monnaie*. Paris, PUF, 1983.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis. Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 1999.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. *Os ares do mundo*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

HIRST, Paul e GRAHAM, Thompson. *Globalização em questão*. Petrópolis, Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 1999.

KUHN, Thomas. *A estrutura da revolução científica*. São Paulo. Perspectiva, 1979.

LENIN, Vladimir I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Moscou, Editorial Progreso, 1979.

MARRAMAO, Giacomo. A complexidade teórica do “tardo-capitalismo”. In: HOBSBAWN, Eric J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, s/d.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa*. In: FURTADO, Celso. *Obra*. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1957.

RODRIGUEZ, Octávio. *A teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. São Paulo, Forense Universitária, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 1998.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.